



COMUNICADO IMPORTANTE

Licenciamento Ambiental junto a CETESB

A FIESP e o CIESP passam a orientar seus filiados e associados, àquele que necessitar obter ou renovar a licença ambiental junto a CETESB.

Em 22/03/2021, foi prolatado **Acórdão** nos autos do processo nº 1064352-24.2019.8.26.0053 pela 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo, **pendente de publicação**, que deu **provimento ao recurso de Apelação da CETESB e denegou a segurança (Decisão desfavorável)** às **substituídas da FIESP e do CIESP**, por entender que, contrariamente à disciplina anterior, não padece de abusividade, ou desproporcionalidade. Assim, a sentença deixará de valer assim que publicado o Acórdão e, a partir de então, recorreremos às instâncias Superiores.

Além disso, a FIESP e o CIESP peticionaram requerendo que seja decretada a NULIDADE de todos os atos processuais que antecederam os referidos julgamento e Acórdão, em razão de um vício processual. Esta petição está pendente de Decisão.

DIANTE DESTE MOMENTO PROCESSUAL, PASSAMOS A ORIENTAR O ASSOCIADO CONFORME SEGUE.

A empresa associada que necessitar obter ou renovar a licença ambiental junto a CETESB, poderá:

1. **Enviar um Ofício ao Departamento Jurídico da CETESB** pedindo para que seja feito o pagamento do valor da taxa de licenciamento ambiental com alicerce no regramento anterior (Decreto nº 47.397/2002), por estar pendente de publicação o Acórdão em questão, estando, portanto, válidas a medida liminar e a sentença proferidas no processo nº 1064352-24.2019.8.26.0053. **Aguardar resposta e, dependendo do caso, adotar medida judicial individual;** ou
2. **Contestar, na via administrativa** perante a CETESB, o valor da taxa de licenciamento ambiental que está sendo exigido em razão da pendência da publicação do Acórdão no processo nº 1064352-24.2019.8.26.0053; ou
3. **Pagar o valor da taxa de licenciamento ambiental à CETESB**, cobrado nos moldes do Decreto nº 64.512/2019, nos termos do referido Acórdão, que está pendente de publicação e, caso seja revertida a Decisão ao final do processo nº 1064352-24.2019.8.26.0053 transitado em julgado em favor da FIESP e do CIESP, poderá pleitear judicialmente a devolução do valor controverso; ou
4. **Adotar ação judicial individual autônoma**, a ser avaliada por advogado no caso específico de cada empresa, requerendo que seja efetuado o depósito judicial da parte controversa do valor da taxa de licenciamento ambiental até o trânsito em julgado do referido processo nº 1064352-24.2019.8.26.0053 e requerer que seja determinado à CETESB, preenchidos os requisitos legais, que seja dado prosseguimento ao procedimento de licenciamento ambiental após o depósito judicial.

Tão logo tenhamos novidade, informaremos.

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)
Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp)



Se não deseja mais receber nossas mensagens, [acesse aqui](#) para cancelar.